

# Brasil assina acordo que acaba com a moratória

Da UPI

Nova Iorque — O Brasil assinou ontem à tarde um acordo interino com os bancos credores para pôr em dia os juros da sua dívida até 31 de dezembro próximo. O acordo foi assinado numa cerimônia a portas fechadas realizada num dia de vento e chuva gelada, horas depois que o Banco de Boston anunciou a reclassificação de seus créditos, duvidosos. A medida considerada agressiva por uns é negativa para o andamento das negociações.

O negociador-chefe Fernão Bracher e o diretor da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, apuseram seus nomes no documento totalizando 4 bilhões e 500 milhões de dólares, dos quais dois terços serão desembolsados pelos bancos credores e um terço pelo Brasil, o que configura de fato o fim da moratória.

## Desistência

O acordo foi delineado no início de novembro e assinado ontem graças à totalização dos 3 bilhões de dólares em participação das instituições credoras. Inicialmente, os desembolsos não destinados a normalizar os juros relativos ao último trimestre do ano.

Cerca de 100 bancos completaram ontem a documentação para participar do empréstimo de 3 bilhões de dólares ao Brasil, um dia depois que o Banco de Boston, o décimo-terceiro maior dos Estados Unidos, anunciou ter virtualmente desistido de receber os juros dos empréstimos que já concedeu aos países do Terceiro Mundo. O Banco de Boston emprestou 260 milhões de dólares ao Brasil, 230 ao México e 180 à Argentina.

O presidente do Comitê de Assessoramento dos Credores, William Rhodes, que assinou o acordo com Bracher, afirmou que cerca de 100 bancos participaram do acordo de 3 bilhões de dólares e que outros expressaram vontade de aderir ao pacote.

Rhodes e Bracher disseram que o primeiro desembolso deve ser feito até 31 de dezembro. Como empréstimo para refinanciamento dos juros de 1987, a dívida externa do Brasil já gira em torno dos 116 bilhões de dólares. O dinheiro comprometido no pacote assinado ontem será destinado a pôr em dia os juros que o Brasil deixou de pagar a partir de 20 de fevereiro passado, quando o Governo do presidente José Sarney decretou a moratória do pagamento dos compromissos relativos à dívida contraída com os bancos particulares, hoje superior a 70 bilhões de dólares.

## Perdas

A moratória do maior País latino-americano obrigou diversos bancos a ampliar suas reservas e a reclassificar os créditos duvidosos passando-os para uma coluna contábil sob a rubrica de «não produtivos». A ampliação ou criação de reservas causou tecnicamente as maiores perdas — ou redução de lucros — para vários bancos desde a grande depressão dos anos 30.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, acenou para a possibilidade de futuros problemas ao dizer que o País continuará com a sua moratória de pagamentos mesmo após o acordo de ontem e que deseja ver até onde as conversações sobre renegociação da dívida podem ir.

Segunda-feira o Banco de Boston também pôs lenha na fogueira ao anunciar que estava cancelando 200 milhões dos créditos de 1 bilhão de dólares concedidos a nações pobres. O banco também deslocou mais 800 milhões de dólares de seus empréstimos para a categoria de não produtivos. Tecnicamente, isso significa que o banco já não está contando com os juros desses créditos. Porém os analistas financeiros viram nas entrelinhas do anúncio, um sinal de que o banco perdeu a esperança de receber de volta até mesmo o principal.

Dois dos 3 bilhões de dólares do novo acordo interino só devem ser desembolsados se o Brasil e os seus credores chegarem a um novo pacote de médio prazo sobre os juros a vencer em 1988 e 1989. O desembolso total deve acontecer no começo do ano e o Brasil deve devolvê-lo até 30 de junho.

Cerca de 100 bancos dispostos a conceder dinheiro novo ao Brasil estão em grande parte forçados a isso porque a situação econômica brasileira é cambaleante e pode se agravar sem novos empréstimos externos, segundo argumentação dos negociadores brasileiros e das próprias autoridades financeiras. Sem capacidade de gerar uma adequada poupança interna, o Brasil, sem dinheiro novo dos bancos, pode acabar sem poder pagar sequer as velhas dívidas.

«A última coisa que os bancos querem é abandonar esses créditos», comentou Elliott Morss, economista da Universidade de Boston. A decisão dos bancos para com o Brasil reflete a posição do secretário norte-americano do Tesouro, James Baker, de que a única forma para os países menos desenvolvidos pagarem as suas contas é mediante um crescimento suficiente que os torne capaz de arcar com os compromissos assumidos a taxas flutuantes em época menos sombria.

## Juros

Pouco antes da assinatura do acordo, informou-se que o Brasil e os bancos completariam o desembolso de um terço do pacote de 4 bilhões e 500 milhões a qualquer momento, entre hoje e a semana que vem. O Brasil pagará 0,875% sobre a libor (taxa interbancária de Londres) de juros com relação aos 3 bilhões de dólares que acertou, em princípio, num acordo no início do mês passado, além disso, pagar uma pequena comissão a título de prêmio. O tempo de quase mês e meio para assinar o acordo interino foi o necessário para que o comitê de assessoramento dos credores convencesse as demais instituições credoras a participar do refinanciamento dos juros.

Ao mesmo tempo em que os problemas dos juros atrasados vão sendo resolvidos, o Brasil e os bancos já discutem os pacotes para abranger os pagamentos de 1988 e 1989. O Brasil solicitou 10 bilhões e 400 milhões de dólares para metade dos juros a vencer nesses dois anos. O Brasil depositou no Banco Central dinheiro para cobrir o principal porém congelou o desembolso.

No pano de fundo da renegociação da dívida, está a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional. Após meses de relutância, o Governo brasileiro admitiu no documento assinado conjuntamente por Fernão Bracher e pelo presidente do comitê de credores, William Rhodes, que era desejável buscar apoio do FMI para o programa de crescimento econômico.

O Brasil conseguiu ressaltar que os pacotes acordados com os bancos comerciais devem ter seus desembolsos garantidos independentemente de qualquer desentendimento eventual entre o organismo multilateral e os governantes em Brasília. Bracher retorna ao Brasil no fim de semana e volta a negociar com os credores no início de janeiro.

## Conversão

O Brasil também busca preliminarmente converter parte de seus velhos créditos em títulos de longo prazo, com uma apropriação de parte do deságio verificado no mercado secundário de capitais, em que os compromissos brasileiros são vendidos hoje pelos credores por cerca de 40% de seu valor nominal.

Embora tecnicamente seja essa uma proposta de mercado, os credores relutam em aceitá-la por diversos motivos, como o precedente que se abre e até pelo fato de o mercado secundário só negociar

um percentual muito reduzido da dívida externa do Terceiro Mundo.

O Brasil e os credores também estudam um mecanismo já adotado rotineiramente por alguns países, como por exemplo o Chile. Trata-se da conversão de parte da dívida por investimento. O mecanismo não significa dinheiro novo, já que consiste basicamente em converter títulos da dívida, com certo deságio, em investimento na moeda do País devedor. Os bancos costumam aceitar essa possibilidade para até algo em torno de 10% de seus créditos, o que ajuda a reduzir o valor da dívida como um todo.

Esse sistema pressupõe ainda estudos no tocante à inflação, já que ao converter débito externo em investimento, o Banco Central do país devedor amplia a base monetária local, ou seja, injeta cruzados na economia brasileira. Portanto é mecanismo que só pode ser aproveitado em nível moderado.

## Clube de Paris

O Brasil também precisa renegociar um acordo para reescalonar sua dívida junto a agências oficiais ou a chamada dívida de governo a governo, que é discutida através do Clube de Paris, entidade informal que congrega os bancos centrais dos países credores. O Brasil se prepara para acertar um acordo de cerca de 15 bilhões de dólares com o Clube de Paris, sabendo de antemão que sofrerá pressões ainda mais fortes para conversar com o FMI.

Além disso, o Brasil deve ainda ao próprio Fundo e a outros organismos multilaterais, bem como dispõe de pouco mais de 15 bilhões de dólares das chamadas linhas comerciais de curto prazo, vitais para a exportação e que costumam ser renovadas automaticamente todos os anos, não tendo havido rompimento nesse setor nem mesmo quando o país decretou a moratória ou quando os bancos tiveram de reclassificar os créditos duvidosos para atender as exigências contábeis dos órgãos que controlam o setor financeiro das nações ricas.

Fora do curto prazo, marcado por um contencioso entre o Brasil e Estados Unidos, que importam um terço das exportações brasileiras, a situação da dívida aguarda diversos desdobramentos que poderão ser bons ou ruins, como por exemplo possível desaquecimento da economia mundial em função do colapso de outubro nas Bolsas. Apesar dos desmentidos oficiais do mundo industrial sobre uma recessão, o mínimo que se espera é o acirramento da concorrência do comércio internacional, eventual em meio a temores de aumento do protecionismo.

## Pressões

A desvalorização do dólar frente às demais divisas fortes torna a dívida do Terceiro Mundo relativamente menor com relação ao comércio global. A moeda norte-americana perdeu mais de 50% de seu valor em pouco mais de um ano com relação ao iene e ao marco alemão.

Os Estados Unidos pressionam politicamente o Japão e a Alemanha para que estimulem as suas economias internamente, o que resultaria num aumento de importações de produtos norte-americanos barateados com o dólar fraco. A se confirmar essa possibilidade nos dois principais mercados superavitários do mundo, os países do Terceiro Mundo também poderiam registrar aumento de exportações.

Finalmente, aguarda-se um papel mais efetivo dos chamados «nipodólares», tendo já o governo de Tóquio anunciado sua intenção de aplicar cerca de 30 bilhões de dólares no Terceiro Mundo, nos próximos anos. Acredita-se que boa parte desses fundos será injetada nos países latino-americanos.